

Que camisa você veste?

A EXPANSÃO DO PLANTIO NO CENTRO-OESTE CHAMA A ATENÇÃO PARA OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO ALGODÃO QUE ALIMENTA A CADEIA TÊXTIL

POR FLAVIA PARDINI

Nem só da soja vive o embate entre o agribusiness e os ativistas que apontam os impactos socioambientais da agricultura empresarial no Brasil. A expansão do cultivo de algodão no Centro-Oeste e a volta do produto à pauta de exportações – depois de um período em que o País chegou a ser um dos maiores importadores do mundo – acendem o debate.

Não à toa, o tema da reunião deste ano do International Cotton Advisory Committee (Icac) – órgão de aconselhamento dos países produtores de algodão, criado em 1939 e do qual o Brasil faz parte – são “os impactos sociais e ambientais da produção e do uso do algodão”. O encontro está previsto para setembro, em Goiânia.

“Com a volta do Brasil ao mercado internacional, as questões ambientais e sociais apareceram de maneira muito forte”, diz Haroldo Rodrigues da Cunha, vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa). Na reunião, segundo ele, o Brasil vai conhecer a experiência internacional e discutir formas de não perder competitividade.

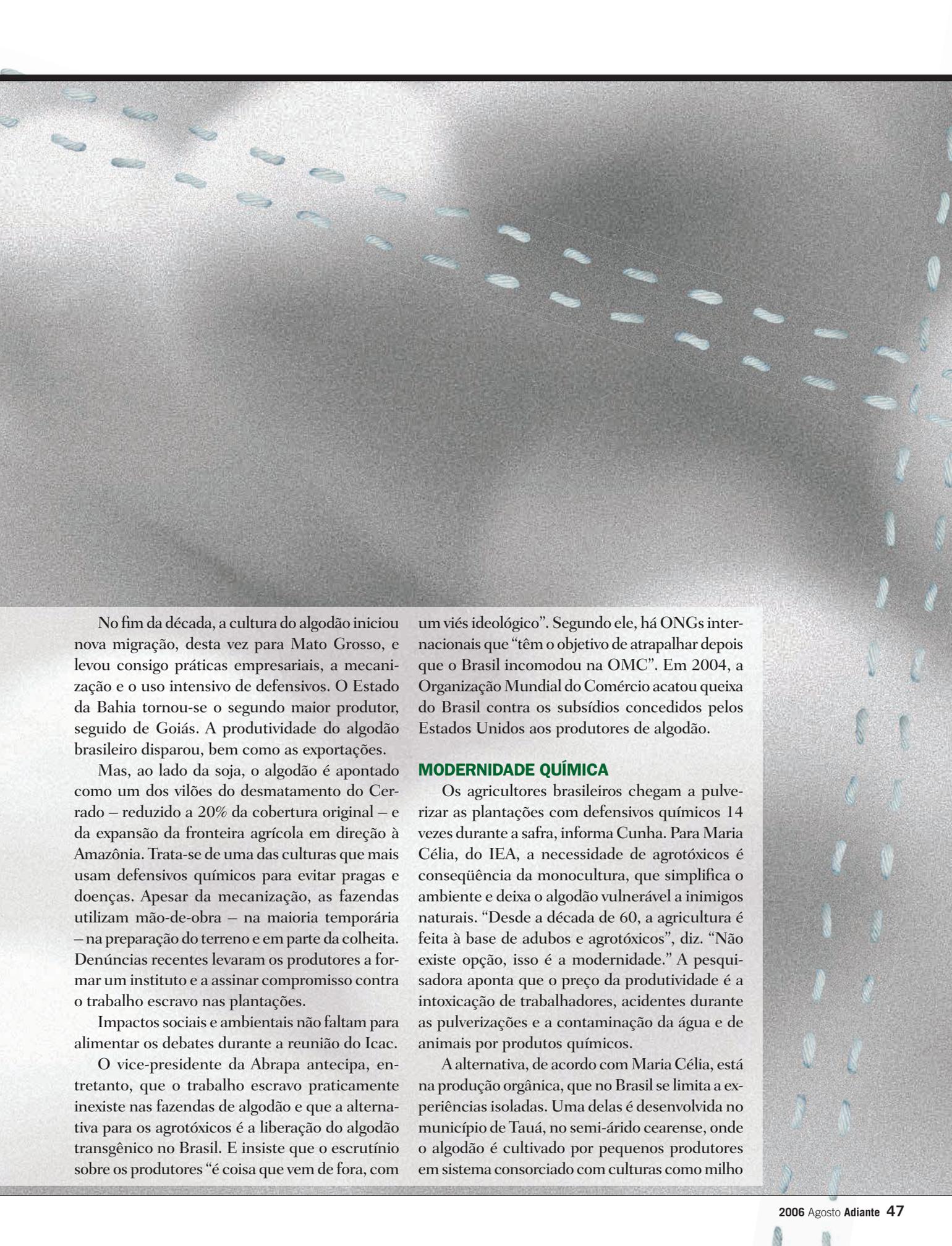
Para Maria Célia Martins de Souza, pesquisadora do Instituto de Economia Agrícola (IEA), apesar da popularização do tema da sustentabilidade, os grandes produtores agrícolas não com-

preendem totalmente o conceito. “Há um grande esforço para não parecer insustentável”, diz.

O Brasil é o quinto maior produtor de algodão do mundo e o quarto exportador, segundo Cunha. Em 2005, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior, as vendas de algodão em pluma para o exterior chegaram a 390,9 mil toneladas e renderam quase US\$ 450 milhões.

A história do algodão no Brasil é anterior à colonização, relatam Sarah Corrêa e Ebenezer Couto, da Universidade Federal de Uberlândia. Quando os portugueses desembarcaram, o algodão era cultivado, fiado e tecido pelos índios. Sob os colonizadores, o cultivo concentrou-se na Região Nordeste e, a partir de 1860, migrou para São Paulo, com a introdução de novas variedades e o objetivo de atender a demanda britânica.

A produção paulista teve sua fase áurea a partir dos anos 40, e entrou em declínio graças à política estatal de proteção à nascente indústria têxtil, que chegou a obter o embargo das exportações alegando escassez de matéria-prima para uso interno. O Brasil transformou-se, assim, em um grande importador de algodão nas décadas de 70 e 80. Nos anos 90, com a abertura ao comércio exterior, o setor foi duramente atingido pela competição estrangeira.



No fim da década, a cultura do algodão iniciou nova migração, desta vez para Mato Grosso, e levou consigo práticas empresariais, a mecanização e o uso intensivo de defensivos. O Estado da Bahia tornou-se o segundo maior produtor, seguido de Goiás. A produtividade do algodão brasileiro disparou, bem como as exportações.

Mas, ao lado da soja, o algodão é apontado como um dos vilões do desmatamento do Cerrado – reduzido a 20% da cobertura original – e da expansão da fronteira agrícola em direção à Amazônia. Trata-se de uma das culturas que mais usam defensivos químicos para evitar pragas e doenças. Apesar da mecanização, as fazendas utilizam mão-de-obra – na maioria temporária – na preparação do terreno e em parte da colheita. Denúncias recentes levaram os produtores a formar um instituto e a assinar compromisso contra o trabalho escravo nas plantações.

Impactos sociais e ambientais não faltam para alimentar os debates durante a reunião do Icac.

O vice-presidente da Abrapa antecipa, entretanto, que o trabalho escravo praticamente inexistente nas fazendas de algodão e que a alternativa para os agrotóxicos é a liberação do algodão transgênico no Brasil. E insiste que o escrutínio sobre os produtores “é coisa que vem de fora, com

um viés ideológico”. Segundo ele, há ONGs internacionais que “têm o objetivo de atrapalhar depois que o Brasil incomodou na OMC”. Em 2004, a Organização Mundial do Comércio acatou queixa do Brasil contra os subsídios concedidos pelos Estados Unidos aos produtores de algodão.

MODERNIDADE QUÍMICA

Os agricultores brasileiros chegam a pulverizar as plantações com defensivos químicos 14 vezes durante a safra, informa Cunha. Para Maria Célia, do IEA, a necessidade de agrotóxicos é consequência da monocultura, que simplifica o ambiente e deixa o algodão vulnerável a inimigos naturais. “Desde a década de 60, a agricultura é feita à base de adubos e agrotóxicos”, diz. “Não existe opção, isso é a modernidade.” A pesquisadora aponta que o preço da produtividade é a intoxicação de trabalhadores, acidentes durante as pulverizações e a contaminação da água e de animais por produtos químicos.

A alternativa, de acordo com Maria Célia, está na produção orgânica, que no Brasil se limita a experiências isoladas. Uma delas é desenvolvida no município de Tauá, no semi-árido cearense, onde o algodão é cultivado por pequenos produtores em sistema consorciado com culturas como milho

NA CHINA, após sete anos de uso de organismos geneticamente modificados, as plantações ficaram vulneráveis a outras pragas

As manchas do trabalho degradante

No fim de julho, denúncias de trabalho escravo – que em geral parecem um problema remoto para a população urbana – materializaram-se na imprensa. Fornecedores de grandes redes como C&A e Riachuelo foram citados em investigações do Ministério Público sobre o trabalho em condições precárias de imigrantes ilegais. Para quem vive nas grandes cidades, esses são nomes conhecidos o suficiente para chamar a atenção – e gerar pressão.

“A lista suja do trabalho escravo é de pouco uso para o consumidor final”, diz Lisa Gunn, gerente do Instituto de Defesa do Consumidor (Idec). “Dela consta o nome das fazendas, mas não o mapeamento das cadeias produtivas.” É por meio delas que o trabalho degradante em plantações de algodão, por exemplo, chega até cada um de nós com pelo menos uma camiseta no armário.

Uma pesquisa do Idec avaliou a qualidade, o preço e o discurso de responsabilidade social empresarial (RSE) de seis fabricantes de camisetas. “Nem sempre a boa

qualidade vem acompanhada de conscientização e ação concreta das empresas quanto à RSE, um conceito que envolve padrões éticos, transparentes e práticas benéficas à sociedade”, concluiu o estudo (www.idec.org.br).

“A RSE no Brasil ainda é uma ação externa ao negócio da empresa”, afirma Lisa. Segundo ela, a maior parte das companhias continua com a visão de curto prazo de que a RSE equivale a custos extras. Para as que têm visão estratégica, entretanto, ela pode se transformar em proteção e garantia de longevidade. Lisa aponta também a responsabilidade do consumidor em investigar as empresas: se ele já tem preferência por uma marca ou loja, deve buscar informações sobre ela e ficar atento.

Na seara ambiental, a cadeia do algodão tem outro impacto importante: o uso de produtos tóxicos para alvejar e tingir tecidos. Uma maneira de evitá-lo é comprar roupas confeccionadas com algodão colorido naturalmente. “O branco é o que a indústria quer”, diz Maria Célia, do IEA.

A LÓGICA DE REDUÇÃO DE CUSTOS E AUMENTO DE ESCALA COM O USO DE AGROTÓXICOS OU TRANSGÊNICOS É A MESMA DA REVOLUÇÃO VERDE

e feijão. Além disso, técnicas de conservação do solo, adubação orgânica e manejo ecológico de pragas ajudam a substituir os agrotóxicos.

Segundo a pesquisadora do IEA, o uso de sementes transgênicas reduziria a necessidade de agrotóxicos, mas geraria outro problema: a dependência econômica dos produtores de poucas empresas fornecedoras de sementes transgênicas. “A base do sistema, que busca a alta produtividade a baixo custo, está errada”, afirma.

Como no caso da soja, depois de constatado o plantio ilegal de algodão transgênico, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) liberou, em 2004, a venda de sementes com até 1% de transgênicos. No fim do mesmo ano, permitiu o plantio da semente Bollgard, produzida pela Monsanto. Enquanto a semente não recebe o registro do Ministério da Agricultura, entretanto, a decisão da CTNbio não entra em vigor.

“Qualquer algodão com mais de 1% de contaminação plantado hoje no Brasil é ilegal”, diz Gabriel Fernandes, da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). O Ministério da Agricultura determinou em julho a destruição das lavouras em 154 mil hectares plantados de sementes transgênicas. No total, há 845 mil hectares cultivados com algodão no País.

“A atuação do ministério garante o interesse econômico das empresas de sementes, que preferem não ver a história da soja se repetir”, diz Gabriel. Enquanto o plantio é ilegal, as empresas não podem cobrar *royalties* e os agricultores conseguem reproduzir as sementes.

A lógica de redução de custos e aumento de escala com a aplicação de agrotóxicos ou o uso de transgênicos, na opinião de Gabriel, é a mesma que orientou a Revolução Verde da década de 60. “É a lógica de controlar a natureza, os atores e os argumentos são os mesmos”, alega.

Um estudo da Universidade Cornell revelou que na China, depois de sete anos de uso do chamado algodão Bt – semente transgênica resistente à larva que ataca os algodoeiros –, as lavouras



UM LEVANTAMENTO do trabalho escravo na cadeia do algodão chegou a empresas como Coteminas, Vicunha e Hering

OS PRODUTORES DIZEM QUE OS TRANSGÊNICOS DIMINUIRIAM A PULVERIZAÇÃO DE DEFENSIVOS, QUE CHEGAM A 14 POR SAFRÁ

recebem mais de 20 pulverizações por safra para controlar outras pragas. Segundo o estudo, 35% da produção mundial provém de sementes Bt.

Na visão de Cunha, a questão é ideológica. “A Embrapa mostra que não tem problema. Por que não temos a liberação do transgênico?” Segundo ele, os principais competidores do Brasil usam transgênicos, o que tira competitividade do País. “Não se consegue plantar com escala sem defensivos”, diz. “Com os transgênicos, o número de pulverizações seria muito menor.”

AÇÃO E REAÇÃO

A ânsia de controlar a natureza passa por cima até das pessoas. De acordo com Leonardo Sakamoto, da ONG Repórter Brasil, há casos de fazendas em que as pulverizações são feitas quando os trabalhadores ainda estão na plantação.

Em 2004, a Repórter Brasil pesquisou, a pedido da Secretaria Especial de Direitos Humanos, a situação de sete cadeias produtivas em relação ao trabalho escravo, entre elas a do algodão. A partir de fazendas que constavam da “lista suja” do trabalho escravo do Ministério do Trabalho, a ONG chegou a empresas como Coteminas, Vicunha, Karsten, Hering e Marisol. Algumas nem tinham conhecimento de que havia trabalho escravo na cadeia, conta Sakamoto.

Uma delas, a Coteminas, reagiu e dispensou fornecedores acusados de usar trabalho escravo. A partir da pesquisa, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Instituto Ethos propuseram um pacto pela erradicação do trabalho escravo, assinado por mais de 80 companhias.

Das empresas apontadas pela Repórter Brasil, apenas a Coteminas assinou o pacto, diz Sakamoto. A companhia também pressionou os produtores a regularizar a situação no campo. O resultado foi a fundação do Instituto Algodão

Social (IAS), que, em julho último, lançou a “Carta do Algodão com Responsabilidade Social” – cujo princípio é a proibição do trabalho forçado. O IAS, entretanto, não aderiu ao pacto nacional proposto pela OIT e pelo Ethos.

“Foi uma reação”, acredita Sakamoto. “Os produtores estavam com medo de perder clientes dentro e fora do Brasil.” Para ele, embora a mobilização seja positiva, a iniciativa do IAS não é suficiente.

Para Rodolfo Tavares, vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o Ministério do Trabalho mostra a intenção de criminalizar as atividades capitalistas no meio rural e procura “colar a pecha de escravagista no produtor”. O resultado, afirma, é a aceleração da mecanização, que libera mão-de-obra sem condições de emprego nas cidades e gera exclusão social. “A mecanização é mais barata, principalmente se houver uma provocação”, diz.

“Estamos preocupados porque sabemos que o direito de propriedade não é absoluto, é condicionado ao cumprimento da função social da propriedade”, acrescenta Tavares. Para ele, a solução está na desoneração do contrato de trabalho rural de curta duração, o que reduziria os custos para os produtores e garantiria o emprego formal da mão-de-obra temporária nas lavouras.

“A questão não é assinar carteira de trabalho”, rebate Sakamoto. “Trabalho escravo é o trabalho degradante ou o cerceamento de liberdade.” Ele diz compreender o temor de perder competitividade, mas lembra que os compradores querem ver o outro lado da moeda. “Na Alemanha, os empresários sabem que há trabalho escravo no Brasil, mas não sabem o que se faz para combatê-lo.”

Se os participantes do encontro do Icac abandonarem o foco exclusivo na competitividade e se dispuserem a discutir a fundo os impactos socioambientais da produção, certamente encontrarão interlocutores preparados. “Nosso objetivo não é acabar com a economia brasileira, mas incentivar a mudança”, garante Sakamoto. @